

Governo não abre mão de decretos-leis na economia

William Waack

Brasília — Vai ser mesmo por decreto-lei, apesar da declarada oposição dos constituintes em aceitar esse tipo de instrumento, que o governo pretende mandar na economia, pelo menos durante esta semana. A instalação da Assembléia Nacional Constituinte, ontem, tornou ainda mais complicada para as autoridades a conduta da política econômica, mas o presidente José Sarney e o ministro Dilson Funaro acham que algumas questões têm caráter muito urgente e querem lançar mão novamente de decretos-leis.

O presidente tinha em sua mesa, ontem à noite, um deles para assinar. Trata-se de modificações do Decreto-Lei 2290, lançado em novembro junto com o Plano Cruzado II. Na prática, a alteração significará a reintrodução da correção monetária para contratos de prestação de serviços abaixo de 12 meses, usando a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) como índice. Haverá mudanças também para os aluguéis, mas de maneira indireta, de acordo com um artifício jurídico criado pelo consultor-geral da República Saulo Ramos. Na modificação introduzida no artigo 2 do decreto, fica eliminada qualquer referência à palavra aluguel. Com isso, volta a vigorar a Lei do Inquilinato, que prevê reajustes semestrais por um índice estabelecido pelo governo. No caso, é a OTN.

— Em qualquer país o Legislativo estabelece linhas mestras de conduta e, dentro desses limites, o governo pode operar como necessitar. Acho que nossa situação se configura dessa maneira e, embora um decreto-lei possa parecer algo autoritário, acho que estamos perfeitamente dentro do espírito que o Legislativo deseja — disse Funaro, ao defender esse tipo de medida.

Deputados de diversas tendências políticas manifestaram oposição frontal à idéia da utilização de decretos-leis para intervir na política econômica. Mesmo dentro do governo há amplo consenso sobre o fato de que não é mais possível dirigir o país dessa maneira, mas a necessidade de

impedir que setores vitais escapem da paralisação — que está de fato ocorrendo em atividades que operam com contratos de prazo inferior a um ano —, sublinhada pela Fazenda, acabou convencendo até o consultor-geral da República, Saulo Ramos, responsável pela redação: “Passaram por cima do meu cadáver”, afirmou.

A instalação da Constituinte complicou extraordinariamente o jogo da política econômica. Apesar das declarações em contrário dos porta-vozes governamentais, a impressão entre constituintes e economistas era a de que o governo demonstrava absoluta perplexidade diante da evolução dos fatos políticos (a moção do PMDB pela Constituinte exclusiva). Pelo menos uma alta fonte do Planalto fez eco a esse tipo de comentário:

— Realmente não dá para se planejar nenhum tipo de política econômica se não sabemos se podemos contar com algum tipo de liderança dentro da Constituinte. Tentaram um golpe legislativo e me parece que estão totalmente fora da realidade política, mas não há dúvidas de que isto aumenta a insegurança geral e nos deixa sem saber o que fazer — comentou pessoa com excelente trânsito no Planalto.

O governo quer a Constituinte trabalhando depressa para desatar o que considera o primeiro nó da política econômica: a desindexação da remuneração do funcionalismo público em relação ao salário mínimo. Isto seria encaminhado aos parlamentares através de mensagem do Executivo ou de projeto de lei. Há concepções bastante divergentes dentro do governo quanto à urgência da adoção dessas medidas: a assessoria do Ministério da Fazenda gostaria que tudo acontecesse o mais rápido possível, mas os principais conselheiros políticos do presidente acreditam que o mês de fevereiro pode passar tranquilamente sem que haja necessidade de qualquer ação espetacular.

Apoio para esse tipo de tática veio, ironicamente, do senador Roberto Campos, um dos mais ácidos

críticos do governo e representante do espectro conservador. “Decreto-lei é algo que provocará horrivelmente essa meninada nova”, comentou, com algum sarcasmo. “Mas o Congresso poderia validar em regime de grande urgência, em até 48 horas, matérias que o Executivo considere vitais para a política econômica. Seria o melhor caminho de todos”, disse.

“Acho que estamos diante de algo que me lembra até a revolução francesa”, comentou um dos assessores presidenciais, homem conhecido por sua erudição, confrontado com a confusão política em torno da instalação da Constituinte e pela formidável baderna que cercou o presidente nos corredores do Congresso — ambos, em sua opinião, expressão de um mesmo fato: “Bagunça”, pontificou.

O dilema inicial das autoridades econômicas, que não deram forte demonstração de unidade nas últimas semanas, fascinava as cabeças de alguns constituintes. Como intervir na economia, que dá sinais de crise cada vez mais grave, respeitando o delicado jogo político de uma Constituinte cujo perfil o governo demonstrou não conhecer, quanto mais ser capaz de moldá-lo de acordo com as suas conveniências?

— O governo não sabe prever sequer qual será a taxa de inflação de janeiro. Sem isso, é absolutamente impossível governar. Acho a situação tão difícil que proponho reunir alguns dos principais economistas de cada partido e encontrar uma saída comum — afirmou o deputado César Maia, do PDT-RJ.

Os homens do presidente, contudo, fazem questão de manifestar tranquilidade. Um dos mais destacados diz que desde o princípio o presidente Sarney sabia que a tentativa de um pacto social estava condenado ao fracasso (“Quem representava quem ou o quê, afinal, naquela mesa?”, pergunta). Contudo, as discussões teriam sido úteis para recolher subsídios que serão aproveitados em mensagens e projetos de lei que o Executivo pretende enviar ao Congresso. “Eles vão ter mesmo de trabalhar”, disse Saulo Ramos.